



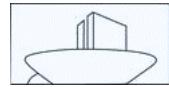
MEDIDA PROVISÓRIA

Nº 728, DE 2016

NOTA DESCRIPTIVA

JUNHO/2016





© 2016 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) o(a) autor(a) e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu(sua) autor(a), não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 728, DE 2016

Alexandre Peixoto de Melo
Consultor Legislativo da Área IV
Finanças Públicas

e
Ednilton Andrade Pires
Consultor Legislativo da Área VIII
Administração Pública, Direito Administrativo

A Medida Provisória 728, de 23 de maio de 2016, revoga dispositivos da Medida Provisória 726, de 12 de maio de 2016, restabelece dispositivos da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A MP 726/16, ao modificar a estrutura da Alta Administração do Poder Executivo Federal, extinguiu o Ministério da Cultura e vinculou a estrutura remanescente ao Ministério da Educação, transformando-o em Ministério da Educação e Cultura.

A nova MP objetiva, portanto, a recriação do Ministério da Cultura, em Pasta independente da Pasta da Educação, que também volta a ter sua denominação e estrutura anteriores às modificações promovidas, sendo igualmente efetuadas as alterações no texto da Lei 10.683/03 para adequá-lo às novas estruturas e atribuições do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura.

Além disso, são criados os cargos de Secretário Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Justiça e Cidadania e de Secretário Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, recriados os cargos de Ministro de Estado da Educação, de Ministro de Estado da Cultura, de Secretário-Executivo do Ministério da Educação e de Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, assim como são extintos oito cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS no âmbito da administração pública federal, dos quais quatro DAS 5 e quatro DAS 4.

Por fim, a MP 728/16 revoga dispositivos da MP 726/16 para adequá-la aos ajustes efetuados.

Segundo a justificativa encaminhada junto à MP 728/16, sua urgência e relevância estão relacionadas não só à importância da cultura e dos direitos das pessoas com deficiência para a sociedade brasileira, como também a uma rápida resposta aos seus anseios. A manutenção da estatura ministerial da Pasta da Cultura e a criação da Secretaria Especial dos Direitos das Pessoas com Deficiência são medidas que buscam, com a brevidade devida, restabelecer os mecanismos que atuam em prol de tão importante setor da economia nacional e da valorização das pessoas com deficiência.

A justificativa destaca, ainda, que a proposta não representa aumento de despesa, visto que os custos decorrentes da criação de cargos de Ministro e de Natureza Especial proposta na Medida Provisória são compensados pela extinção de oito cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS.

Foram apresentadas à Comissão Mista 22 emendas à Medida Provisória 728, de 2016, as quais estão descritas no Quadro de Emendas integrante do Anexo a esta Nota Descritiva.

ANEXO
NOTA DESCRIPTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA 728, DE 2016
QUADRO DE EMENDAS

Nº	Autor	Descrição da Emenda
1	Deputado João Daniel	Propõe a supressão do dispositivo que cria o cargo de Natureza Especial de Secretário Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura.
2	Deputado Nelson Marquezelli	Propõe novas competências para o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, contemplando as políticas de comércio exterior relativas ao agronegócio.
3	Deputado Pedro Uczai	Propõe o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
4	Deputado Pedro Uczai	Propõe a supressão dos dispositivos que criam e estruturam o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, com a intenção de retornar as atribuições daquele órgão para a Controladoria-Geral da União.
5	Deputado Nilson Leitão	Propõe novas competências para o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, contemplando as políticas de comércio exterior relativas ao agronegócio.
6	Deputado Manoel Junior	Propõe a retirada da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa da estrutura básica da Casa Civil da Presidência da República.
7	Deputado Manoel Junior	Propõe a retirada da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa da estrutura básica da Casa Civil da Presidência da República e a transferência da competência de formulação da política de apoio à microempresa, à empresa de pequeno porte e ao artesanato para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.
8	Senador Cidinho Santos	Propõe adequar a MP 726/16, explicitando que os órgãos, entidades supervisionadas, acervo patrimonial e quadro de servidores efetivos relacionados à Assistência Técnica e Extensão Rural serão transferidos ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



9	Deputado José Carlos Aleluia	Propõe que a competência de designação dos cinco representantes da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional para o Conselho Superior do Cinema seja distribuída entre o Presidente da República (três representantes), Câmara dos Deputados (um representante) e Senado Federal (um representante). Atualmente, o Presidente da República designa os cinco representantes.
10	Deputado José Carlos Aleluia	Idêntica à Emenda 9.
11	Senador Paulo Paim	Propõe a recriação do Ministério da Previdência Social, extinto em outubro de 2015, quando ocorreu a fusão com o Ministério do Trabalho.
12	Deputado Fernando Francischini	Propõe a atualização da legislação referente ao exercício profissional do leiloeiro.
13	Deputado Fernando Francischini	Propõe diversas alterações na lei que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.
14	Deputado Fernando Francischini	Propõe alteração no Regulamento do ofício de Tradutor Público e Intérprete Comercial.
15	Deputada Alice Portugal	Propõe a supressão do dispositivo que cria o cargo de Natureza Especial de Secretário Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura.
16	Deputada Alice Portugal	Propõe a supressão do dispositivo que cria a Secretaria Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
17	Deputado Arnaldo Faria de Sá	Faz referência a dispositivos inexistentes na MP 728/16.
18	Deputado Daniel Almeida	Propõe a inserção da expressão “economia solidária” entre as atribuições do Ministério do Trabalho.
19	Deputado Ademir Camilo	Objetiva a inserção do Departamento de Polícia Ferroviária Federal na estrutura básica do Ministério da Justiça e Cidadania, porém, a emenda carece de um mandamento.
20	Deputado Benito Gama	Objetiva a inserção do Departamento de Polícia Ferroviária Federal na estrutura básica do Ministério da Justiça e Cidadania, porém, a emenda carece de um mandamento.



21	Deputada Erika Kokay	Propõe o retorno do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.
22	Deputada Erika Kokay	Atribui à Fundação Cultural Palmares em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA a competência para realização da delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como determinação de suas demarcações.